

Abertura comercial, defendida por Guedes, terá 'ensaio' em dezembro

Por Daniel Rittner | De Brasília



Denise Naranjo, da Abiquim, que defende redução de tarifas de alguns itens.

No apagar das luzes, o governo Michel Temer pretende baixar as tarifas de importação para 57 produtos químicos, em sintonia com o discurso de abertura comercial defendido pelo economista Paulo Guedes e seus auxiliares. A medida deverá ser tomada em conjunto com os demais países do Mercosul, em dezembro, durante a cúpula presidencial do bloco. Esses itens teriam suas alíquotas da Tarifa Externa Comum (TEC), hoje entre 10% e 14%, reduzidas para apenas 2%.

São insumos utilizados por fabricantes de tintas e revestimentos, refrigerantes, cosméticos, sorvetes, e chocolates, entre outros. Praticamente não têm concorrentes nacionais ou no Mercosul. Em 2017, as importações brasileiras dos 57 produtos atingiram cerca de US\$ 160 milhões.

Trata-se de um primeiro "ensaio" de liberalização comercial pelo bloco sul-americano. Mas, nesse caso, houve total alinhamento com o setor privado. A Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), em conjunto com suas congêneres da Argentina e do Uruguai, fez um levantamento sobre produtos passíveis de uma "limpeza da TEC" e encaminhou a proposta aos governos. "Foi fruto de um trabalho de um ano, de uma consulta profunda e detalhada", diz Denise Naranjo, diretora de assuntos de comércio exterior da Abiquim.

Segundo fontes do governo Temer, resta apenas um aval do Paraguai à mudança nas alíquotas, o que deve ocorrer na cúpula de dezembro. A aposta é que, com o corte das tarifas, importadores poderão ter uma economia de custos e ganhar competitividade.

Paralelamente, uma segunda rodada de abertura na indústria química já começa a ganhar forma. Essa nova tentativa de reduções tarifárias tem origem na Argentina. O governo de Mauricio Macri propôs aos sócios do Mercosul a extensão do corte de alíquotas para mais 305 produtos.

Na quinta-feira, circular publicada pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) convocou interessados a se pronunciar sobre eventuais

mudanças. Manifestações deverão ser enviadas em um prazo máximo de 30 dias. Só com base nas respostas o Brasil vai discutir no bloco se aceitaria ou não.

Nesse caso, entretanto, a reação da indústria brasileira foi ruim. Denise Naranjo, da Abiquim, afirma ter sido pega de surpresa e que a proposta é "gravíssima". De acordo com ela, a Câmara Argentina da Química e Petroquímica também "desconhecia completamente a lista".

A proposta prevê diminuir todas as alíquotas para 2%. A maioria está em 14%, mas há produtos que pagam tarifa de 4%, 8%, 10% ou 12% para entrar nos países do Mercosul. "Uma redução imediata, como essa, vai levar ao fechamento até de grandes empresas."

A diretora da associação adverte que, ao diferentemente da lista inicial de 57 itens, a segunda tem grande quantidade de produtos com fabricação nacional. Entre os insumos com proposta de redução tarifária, estão inclusive alguns com direito antidumping em vigência no Brasil - sobretaxa contra as importações de fornecedores que adotam práticas desleais de comércio. Um deles é o ácido cítrico - usado na indústria de alimentos, bebidas, detergentes e antissépticos bucais - vendido por empresas chinesas.





O movimento de abertura unilateral, sem a necessidade de concessões de outros parceiros por meio de acordos bilaterais, é defendido por auxiliares do presidente eleito, Jair Bolsonaro, como forma de baixar preços internamente e melhorar a competitividade da economia brasileira.

Para fontes do governo Temer, a medida preparada agora pelo Mercosul deve ser vista apenas como uma "atualização" da TEC.

Sem falar especificamente sobre a medida no setor químico, o secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Marcello Estevão, voltou a defender uma redução unilateral das tarifas de importação. Para ele, o foco devem ser especialmente os bens de capital e de informática, que têm grande capacidade de "spill over" (transbordamento) para cadeias produtivas. "A nossa proposta

[elaborada pela Fazenda] é gradual e prevê chegarmos à média global de 4% em 2021", disse o secretário.

Na avaliação de Estevão, o Brasil ainda é uma economia tão fechada que haveria espaço suficiente para reduções tarifárias tanto em caráter unilateral como, depois, por negociações comerciais. "Além disso, os acordos de livre comércio hoje envolvem muito mais que tarifas: envolvem normas e questão não tarifárias."

O secretário faz menção a um lema bastante difundido no regime militar, que usava a expressão "exportar é o que importa" como incentivo às empresas brasileiras. Para ele, abrir-se mais significa baratear a produção e gerar competitividade no âmbito doméstico, possibilitando inclusive mais vendas ao exterior. "Na verdade, importar é o que exporta", disse Estevão. "Isso fortalece a indústria nacional."

Novo governo desenha 'PEC da liberdade orçamentária'

Por Fábio Pupo e Fabio Graner
| De Brasília



Paulo Guedes: forma de desvincular as receitas é debatida pelo futuro governo.

A equipe econômica do presidente eleito, Jair Bolsonaro, trabalha em proposta de ampla desvinculação de receitas públicas e redução da rigidez nas despesas para dar mais liberdade ao Executivo e Legislativo na definição e execução do Orçamento. Nas reuniões da equipe de transição, a medida é vista como o próximo passo a ser dado no processo de ajuste fiscal após a reforma da Previdência.

A forma como a desvinculação será proposta ainda está sendo estudada. Uma das opções discutidas é o envio de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) ao Congresso - não estando descartadas, inclusive, alterações nos patamares mínimos para saúde e educação. Seria uma "PEC da liberdade", segundo comentou um interlocutor do futuro governo.

A emenda do teto de gastos,

aprovada em 2016, estabeleceu níveis mínimos de gastos para saúde e educação usando a correção inflacionária em cada ano (antes, eram considerados percentuais das receitas da União a serem aplicados em cada área). Em 2018, com o novo regime fiscal, os pisos são de R\$ 112 bilhões para saúde e de R\$ 50 bilhões para educação.

A futura equipe econômica entende que o assunto pode ser polêmico e que tem potencial de despertar debates inflamados com parlamentares e a sociedade. Mas a visão é que a alocação de recursos públicos normalmente já tem debates inflamados e que uma maior flexibilidade do Orçamento precisaria ser buscada mesmo assim, inclusive, sendo mais favorável à classe política, que recuperaria poderes perdidos ao longo dos anos.

O grau de engessamento do Orçamento se elevou ao longo dos últimos anos em grande parte devido a ações do Legislativo e também em consequência da trajetória de alta constante das despesas previdenciárias, que tem ensejado a defesa de uma reforma do sistema. Dados do Ministério do Planejamento mostram que a fatia das despesas obrigatórias no total da despesa primária passou de 84% em 2013 para 91% em 2017 - e as projeções oficiais apontam para 98% em 2021 se nada for feito.

A constatação é que, com esse patamar, o poder de governo e parlamentares fica limitado tanto na alocação de verbas como no processo de contenção de gastos.

O movimento em torno da desvinculação segue a linha de pensamento da atual equipe econômica. Apesar de nunca terem lançado uma proposta mais ampla para atacar o problema, os times de Esteves Colnago (Planejamento) e Eduardo Guardia (Fazenda) criticam reiteradas vezes a "rigidez" do Orçamento, porque ela compromete a execução de políticas discricionárias - em especial, investimentos públicos - e, principalmente, dificultam o corte de despesas para reduzir o déficit fiscal.

Além disso, em tese melhoraria a eficiência da gestão de gastos, diminuindo o que se convencionou chamar de "empoçamento", quando recursos ficam parados em um certo ministério porque só podem ser usados para determinado fim.

A visão da atual equipe econômica foi transmitida a membros do futuro governo. Foi sugerido justamente que se enfrente o engessamento por meio de uma agenda de revisão da despesa obrigatória em suas diferentes rubricas para "aprimorar" a alocação de recursos e a qualidade do gasto público como tentativa de possibilitar não só o investimento público como também a sustentabilidade fiscal.





Um debate sobre a desvinculação chegou a ser tentado em 2015 pelo MDB no documento "Ponte para o Futuro" - divulgado dois meses antes da abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff. No documento, o estabelecimento de patamares mínimos era visto como um receio de que o Executivo pudesse contingenciar ou mesmo cortar os gastos em caso de necessidade.

Mesmo após assumir a Presidência e colocar em prática um discurso pró-ajuste fiscal, o governo de Michel Temer nunca lançou a proposta de ampla desvinculação. Mesmo no envio da emenda constitucional do teto de gastos - que impede o aumento real dos gastos da União - foi estabelecido que educação e saúde teriam patamares mínimos (o que deve ser compensado em outras áreas).

Subsidiárias de Petrobras, BB e Caixa devem gerar ganho elevado, prevê futura gestão

Por Fabio Graner e Fábio Pupo
| De Brasília

Avaliações internas do governo de transição apontam que o potencial de geração de caixa da venda das subsidiárias das grandes estatais (Caixa, Banco do Brasil e mesmo Petrobras) pode ser maior que o das próprias empresas centrais. A leitura é que o potencial de alavancagem do valor de companhias como a Caixa Seguridade e outras subsidiárias do Banco do Brasil, como a de cartões, e da Petrobras é muito alto e, dependendo da maneira como serão conduzidas as privatizações, os ganhos podem ser bastante elevados.

O entendimento criou o que vem sendo tratado como uma das principais diretrizes para as privatizações de subsidiárias das grandes estatais nos próximos quatro anos: vender participações acionárias em etapas. A ideia é aproveitar-se da valorização que se espera com a primeira abertura de capital de cada companhia e fazer emissões secundárias nos anos seguintes, com os valores das ações multiplicados, refletindo esperados ganhos de gestão a partir da

governança de melhor qualidade que a abertura de capital supostamente geraria.

Um exemplo lembrado de subsidiária com valorização após o processo de privatização é o da BB Seguridade, que em 2013 foi uma das maiores operações de abertura de capital do mundo e cujo valor de mercado chegou até a superar o do Banco do Brasil, em 2015. Hoje, porém, o BB vale mais que o dobro da Seguridade, empresa da qual mantém o controle acionário.

Recentemente, nos bastidores da gestão de Paulo Caffarelli no BB, cogitou-se até que o banco comprasse pelo menos parte das ações em mercado para ampliar a geração de receitas (por meio de dividendos) para a instituição financeira. Essa ideia não avançou por causa das dificuldades de capital do banco. E também não conta com a simpatia da futura equipe econômica, que acredita que os bancos têm que ganhar dinheiro a partir de operações eficientes em suas áreas centrais, em especial na oferta de crédito, e não porque opera em diversos segmentos. "Não tem sentido o BB ter uma agência de viagens, por exemplo", comenta uma fonte.

Parte da equipe de Guedes participou das disputas por ativos públicos em leilões de estatais na década de 1990. Nas conversas sobre as privatizações, eles mencionam que consideram "ultrapassado" aquele modelo de formação de consórcio, com poucos disputando os ativos. O discurso é de fazer as operações de forma transparente, via mercado de capitais e, quando for o caso, bolsa de valores.

A ideia de vender as subsidiárias das instituições estatais foi a saída encontrada pelo time de Paulo Guedes para superar o veto do presidente eleito, Jair Bolsonaro, à venda das grandes companhias do setor público federal, consideradas "estratégicas".

O objetivo das privatizações é reduzir o tamanho do Estado e gerar receitas para o governo federal - pela venda do ativo em si ou até pela arrecadação extraordinária de impostos que as operações podem gerar aos cofres públicos.

Guedes e sua equipe acreditam que as vendas de ativos ajudarão a reduzir a dívida pública e o gasto com juros que ela enseja, levando a um ciclo virtuoso na economia.